

EPÍTETOS E ATRIBUTOS EM *SUPERPODEROSAS*: UMA ABORDAGEM SISTÊMICO-FUNCIONAL À LUZ DO SISTEMA DE AVALIATIVIDADE

Alex Luis dos Santos
Mestrando/bolsista CAPES-DS na Universidade Federal de São João del-Rei
alxlouis@hotmail.com
Cláudio Márcio do Carmo
Professor/Doutor na Universidade Federal de São João del-Rei
claudius@ufsj.edu.br

RESUMO

O estudo da avaliatividade- uma abordagem para explorar, descrever e explicar a forma como a linguagem é usada para avaliar, adotar posturas, construir personas textuais e gerenciar posicionamentos interpessoais e relacionamentos (cf. WHITE, 2004)- está envolvido no quadro geral da Linguística Sistêmico-funcional (doravante LSF). Destarte, este artigo apresenta uma análise do texto *Superpoderosas* publicado na *Revista do Brasil*, a fim de descrever os aspectos valorativos, seja na posição de epítetos, seja na posição de atributos, que recontextualizam o papel da mulher na sociedade brasileira, especialmente a partir da década de 70. O que se legitima com os dados observados é a tentativa de reconhecimento da competência e da distinção, através das categorias *capacidade* e *normalidade*, da mulher que busca principalmente no campo profissional a estimação de seus potenciais no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliatividade; LSF; Mulher.

ABSTRACT

The Appraisal study- an approach to exploring, describing and explaining the way language is used to evaluate, to adopt stances, to construct textual persons and manage interpersonal positioning and relationships (WHITE, 2004)- evolved within the general theoretical framework of Systemic-functional Linguistic (henceforth SFL). Thus, this paper presents an analysis of the *Superpoderosas* text published in the *Revista do Brasil* in order to describe the evaluative aspects, either in the position of epithet, either in the position of attributes, that recontextualize the paper of the woman in the Brazilian society, especially in 70s. What it is legitimized with the observed data is the attempt of recognition of the ability and the distinction, through the categories *capacity* and *normality*, of the woman who mainly searches in the professional field the esteem of its potentials in Brazil.

KEY-WORDS: Appraisal; LSF; Woman.

INTRODUÇÃO

Constantemente as pessoas externam avaliações sobre coisas e sobre outras pessoas por meio de escolhas linguísticas apropriadas, ou seja, selecionam-se elementos lexicais, na posição de epítetos ou atributos (detalhados na seção 1), ou gramaticais que realizam essas opiniões, linguisticamente no discurso. A avaliação é, portanto, um recurso interpessoal impregnado de ideologias, crenças, valores que deixam suas marcas no processo avaliativo como um todo.

Nesse sentido, é possível presumir que a investigação dos recursos lexicais e gramaticais utilizados pelo falante/escritor pode apontar para o entendimento da expressão da forma como determinados efeitos de sentido são construídos por meio de escolhas linguísticas que denotam uma conjectura.

Destarte, este artigo apresenta uma análise, orientada pelo sistema de avaliatividade, do texto *Superpoderosas*, cuja autoria é atribuída à jornalista Miriam Sanger. O texto foi publicado na edição de número 47 de Maio de 2010 da *Revista do Brasil*. O interesse por esse material se dá porquanto o texto descreve os aspectos valorativos e comportamentais que recontextualizam o papel da mulher na sociedade brasileira, especialmente a partir da década de 70.

A *Revista do Brasil* é distribuída mensalmente para aproximadamente 360 mil trabalhadores, por meio de entidades sindicais ligadas a profissionais dos mais diversos setores da economia – como indústria, energia, bancos, saúde, educação. Essa distribuição começou no início de 2006 com a participação de 19 entidades e atualmente conta com cerca de 50. O objetivo dos dirigentes sindicais, jornalistas e intelectuais reunidos em torno da iniciativa é proporcionar um conteúdo diferenciado: 1) para quem não está satisfeito com a que encontra na mídia comercial; e 2) para quem tem pouco ou nenhum acesso a outros veículos impressos.

Para a consecução deste trabalho, utiliza-se a perspectiva desenvolvida e adotada por Martin e White (2005). Essa perspectiva está ancorada nas bases epistemológicas da Linguística Sistêmico-Funcional; constitui-se precisamente uma expansão pormenorizada da Metafunção Interpessoal desenvolvida Halliday (1985), e contempla a avaliação como o modo pelo qual o sujeito se posiciona num texto.

A partir dessa perspectiva pretende-se identificar os mecanismos linguístico-discursivos na posição de epítetos e atributos que denotam os juízos atribuídos à mulher dos dias atuais, além de se buscar a relação motivacional que implique o uso desses mecanismos com possíveis ideologias e práticas para o seu reconhecimento social. A metodologia de

apresentação dos dados segue a proposta de Eggins e Slade (1997), que se resume em identificação, interpretação e discussão dos itens avaliativos.

Seccionadamente, este trabalho está arquitetado de maneira tal que possibilite, de forma arguta, a aplicação dos recursos teoricamente previstos para a identificação e interpretação das avaliações na posição de epítetos e atributos dentro de uma seção de análise dos dados que antecede as considerações mais concludentes e sintéticas.

1. ACOPLANDO ESTUDOS E RECONSTITUINDO-OS COMO RECURSOS PARA INVESTIGAÇÃO

A tradição funcionalista, desde a Escola Linguística de Praga, mostra-se convicta da insuficiência de uma descrição estrutural da sentença em determinar o significado da expressão linguística; acredita antes que este significado “precisa incluir referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e estatutos dentro da situação de interação determinada socioculturalmente” (NEVES, 2004, p. 21-23 *passim*).

Dentro dessa perspectiva funcional que se acopla numa descrição sistêmica, Michael A. K. Halliday apresenta sua visão da gramática funcional no livro *An Introduction to Functional Grammar*. A abordagem que Halliday (1985) faz se baseia na concepção de língua enquanto fenômeno primordialmente social. Essa abordagem leva em consideração o *contexto de situação* encapsulado no texto para que a relação meio social e linguagem não seja vista de modo isolado.

Martin e White (2005) explicam que, ao se caracterizar o sistema em relação ao *contexto de situação*, tem-se a correspondência deste a *metafunções* específicas. Segundo Christie (2004, p.21) “a noção de metafunções foi mencionada no pensamento de Halliday ainda na década de 60, embora tivesse sido aprimorada no final da mesma”.

Assim, Halliday (1985) explica que as *metafunções* estão interligadas na construção do discurso. Ele esclarece isso propondo que a *metafunção ideacional* é representada através das experiências de mundo, a *interpessoal* se constitui através da negociação das relações sociais entre os participantes da interação, e a *metafunção textual* estabelece a organização interna do texto com base na hierarquia da informação.

No caso desta pesquisa, ater-se-á ao item deste arcabouço destinado à análise da maneira que os *personas discursivos*, termo da avaliatividade que se refere aos participantes

do discurso, expressam e negociam seus pareceres em relação à realidade, portanto à *metafunção interpessoal*.

Assim sendo, faz-se necessário compreender o *sistema de avaliatividade*, cunhado e abordado por Martin e White. Por tal meio é possível perceber a intrincada subjetividade de quem emite um parecer sobre pessoas, coisas, entidades ou proposições.

O fato de se utilizar o termo avaliatividade, em vez de apreciação ou valoração, ou simplesmente avaliação deve-se primacialmente à necessidade de se evitar qualquer confusão terminológica, devida, em parte, à rapidez com que os conceitos foram recebidos no Brasil.

Essa confusão terminológica é, segundo Vian Júnior (2009, p.101), “mais do que corriqueiro quando se iniciam aplicações de uma teoria produzida em língua estrangeira que é adaptada para o português”. Hoje, por se traduzir, de forma mais criteriosa a proposição dos autores da teoria, utiliza-se com maior frequência a palavra avaliatividade. O termo foi traduzido após discussões entre os sistemicistas brasileiros e já consta em publicações brasileiras.

O *sistema de avaliatividade (appraisal system)* se refere aos recursos semânticos usados para a transação das emoções, julgamentos e valores. Segundo Martin e White (2005), a *avaliação* localiza-se no estrato da semântica do discurso e co-articula juntamente com a negociação e o envolvimento o significado interpessoal.

Martin e White (2005) apresentam uma abordagem para a inscrição e construção desse significado avaliativo regionalizando tal significado, potencial para o efeito retórico, comunicativo e discursivo, em três seções: *atitude*, *engajamento* e *gradação*. A primeira confere o mapeamento dos sentimentos na forma como são construídos, a segunda, ligada à ética, explora as relações estabelecidas pela voz autoral com as referendadas no discurso, tendo em vista as comunidades socialmente constituídas que partilham posições e crenças, e a última afere a intensidade dessas emoções na forma como são arquitetadas.

A *atitude*, enquanto um sistema de significados, também se divide em três regiões semânticas: *afeto*, *julgamento* e *apreciação*. O *afeto* preocupa-se com o registro dos sentimentos positivos e/ou negativos. O *julgamento* trata do exame que se faz em relação ao comportamento. E a *apreciação* envolve-se com as avaliações de objetos semióticos ou materiais, concretos ou abstratos num determinado campo (MARTIN; WHITE, 2005, p. 42-3).

Todos os três tipos de *atitude* envolvem sentimentos. Porém, o julgamento é uma disposição das emoções que foi institucionalizada para que os falantes/escritores pudessem

entrar nas comunidades uns dos outros. Assim, esse recurso semântico ressalta as qualidades comportamentais (ou a falta delas) das pessoas, podendo ser realizado também pelos epítetos e atributos.

Os epítetos, assim como os atributos, acrescentam qualidades e podem ser do tipo experiencial ou atitudinal. Em outras palavras, quando se instancia esse tipo de significado, não apenas se exprimem significados objetivamente observados (tipo experiencial), mas também subjetivamente criados (tipo atitudinal) (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 222).

Em alguns casos, uma mesma palavra pode funcionar tanto como epíteto quanto como classificador, porém o classificador não aceita graus de comparação ou intensidade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 319-320). Ao indicar uma qualidade, o epíteto refere-se à propriedade objetiva do objeto ou a uma expressão de atitude subjetiva do falante em relação a esse objeto ou coisa. Os epítetos que indicam qualidade são de função experiencial e os que indicam atitude do falante são de função interpessoal.

Já o atributo é definido como uma qualidade conferida a uma entidade (HALLIDAY, 1985, p.120). Na gramática tradicional, o atributo corresponde ao predicativo do sujeito, que pode, entre suas funções, atribuir qualidades ao sujeito. Uma amostra disso é: *As palavras de Halliday (2003, p118) revelam que a linguagem é altamente complexa e funcional*. Já o epíteto corresponde ao qualificador, ressalvados os momentos que esse elemento funcione como predicativo. Assim *A profícua discussão sobre o Sistema de Avaliatividade tem despertado novos pesquisadores na América latina* exemplifica a forma do epíteto.

2. APRESENTANDO E DISCUTINDO OS DADOS

Ao se considerar as formas como ocorrem os mecanismos de avaliação do ponto de vista de sua realização léxico-gramatical, tem-se uma vasta gama de escolhas disponíveis no sistema linguístico. Pode-se, por exemplo, ser mais ou menos intensos, pouco ou muito enfáticos, mais ou menos distantes dos interlocutores, muito ou pouco formais. Isso equivale a dizer que a linguagem oferece mecanismos diversos para que se atribuam diferentes avaliações aos mais diferentes aspectos de atitudes no cotidiano. Essa seção destaca precisamente as realizações léxico-gramaticais e suas implicações sociais configuradas no texto *Superpoderosas*, através de epítetos e atributos.

Assim, as primeiras especificações analíticas dos artifícios avaliativos que sustentam as observações sobre a avaliatividade no texto designado estão representadas no gráfico 1 que expõe o cômputo de avaliações dessas realizações léxico-gramaticais quando se referem à mulher.



É possível, com vistas à equidade quase alcançada nos números de avaliações nas posições das duas categorias focalizadas, o entendimento de uma alternância entre um julgamento associado à função classificatória da mulher indicando as quais classes ela pertence (atributos), e um julgamento associado à modificação, a singularidade dessa mesma mulher, já que o epíteto opera o processo de distinção dentro de um grupo nominal.

Um olhar mais social para essa descrição permite, com foco à classe dos predicativos (atributos segundo o sistema de avaliatividade), fazer notar que quando se instancia esse tipo de significado, legitima-se, na maioria das vezes, informações objetivamente observadas (Halliday; Matthiessen, 2004, p. 222), já que sua função é identificar a classificação, entre uma gama de possibilidades socialmente aceitáveis, para o grupo nominal a que se refere. Assim, o domínio de atribuição se realiza pelo atributo e, conseqüentemente, pelo seu significado. Disso, alguns exemplos retirados do texto em questão seriam:

(A) *Não faz pouco tempo que as mulheres brasileiras ingressaram no mercado de trabalho, mas recentemente se tornaram muitas, mais emancipadas e instruídas.*

- (B) *Sinto que estou sempre amparada. Adoraria, agora, compartilhar meu conhecimento, já deixei até cartazes oferecendo aulas grátis para quem quiser aprender o meu ofício.*
- (C) *Suas características naturais a ajudam nesse papel. Por ser detalhista, consegue organizar despesas e enxugar gastos.*

Todos os atributos destacados determinam uma função classificatória para a mulher e a avalia de forma positiva. Além disso, ocorrem em processos intensivos atributivos que relacionam duas entidades no discurso. Halliday e Matthiessen (2004) observam as várias características desses processos, entre elas, destacam-se duas: a natureza das características criadas, logo atitudinais, e a reversibilidade.

A primeira está relacionada ao fato de que o grupo nominal que exerce a função de atributo (“mais emancipadas”, por exemplo) constrói uma classe geral e indefinida. Já a segunda é que esses processos não são reversíveis, uma vez que há apenas um participante nominal independente e que detém uma qualidade referida: o que a *Gramática Sistêmico-Funcional* chama de *portador*.

No caso de (A) percebe-se, por exemplo, dois atributos relacionados à constatação/comprovação de um aperfeiçoamento da mulher, pospostos ao intensificador “mais” que precisa a gradação das qualidades “emancipadas” e “instruídas”, ao passo que, em (B), a atribuição ganha um caráter subjetivo, relacionado à emoção/confiança e à condição de seguridade. Em (C), o domínio está relacionado a uma característica essencial, peculiar e típica, mas sem intensidade ou marca de indefinição.

Todas essas faculdades assumidas na posição de atributos parecem estar em consonância a um movimento de afirmação social cada dia maior, principalmente na área profissional. Júlio (2002) acredita que hoje a vida profissional compartilhada com as mulheres “tem se revelado mais ativa, mais colorida e mais interessante. Esse intercâmbio de conhecimentos e sensibilidades tem se mostrado proveitoso para ambas as partes. Troca-se razão por criatividade, matemática por poesia, disciplina por afetividade. E vice-versa.” O autor ainda forma o juízo de que a necessidade de aprendizado com as mulheres é permanente já que as considera boas professoras por natureza (JULIO, 2002, p. 136).

Para Perrot (2007), esse movimento de afirmação ultrapassa o campo profissional e ganha novos sítios a cada dia. O autor acredita que a história das mulheres mudou, tanto em seus objetos, como em seus pontos de vista. Partiu-se de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu-se de uma história das mulheres

vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança.

É justamente nesse enquadre de mulheres mais ativas, tanto no contexto profissional como nos demais da vida social, que Gebara (2001, p.67) argumenta em favor de uma reapropriação de um poder que a pesquisadora julga pertencente às mulheres:

O que propomos é uma coisa que ainda não existe, por isso é utopia e por isso é preciso trabalhar no nível pequeno. Propomos uma reapropriação do nosso poder, de nosso poder roubado. Não se rouba só casa. Não se rouba só terra, se rouba poder. Rouba-se poder quando se convence outros que eles não tem mesmo poder. Isto é roubo, diminuição. Nós mulheres não queremos entrar na estrutura da diminuição (...) queremos reapropriar-nos de um poder que nos constitui.

Já em relação aos juízos na posição e condição de epíteto, é relevante mencionar que por ser primariamente um modificador do nome, atribuído pelo produtor do texto, evidencia, maiormente, informações subjetivamente criadas e ocorre, com maior frequência, posposto ao nome que qualifica.

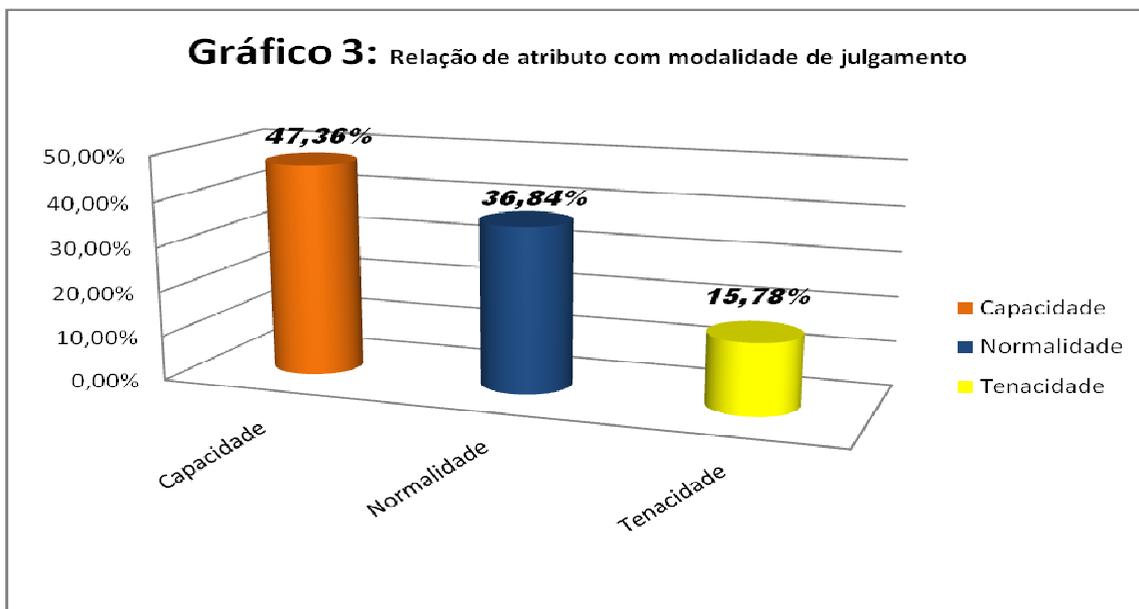
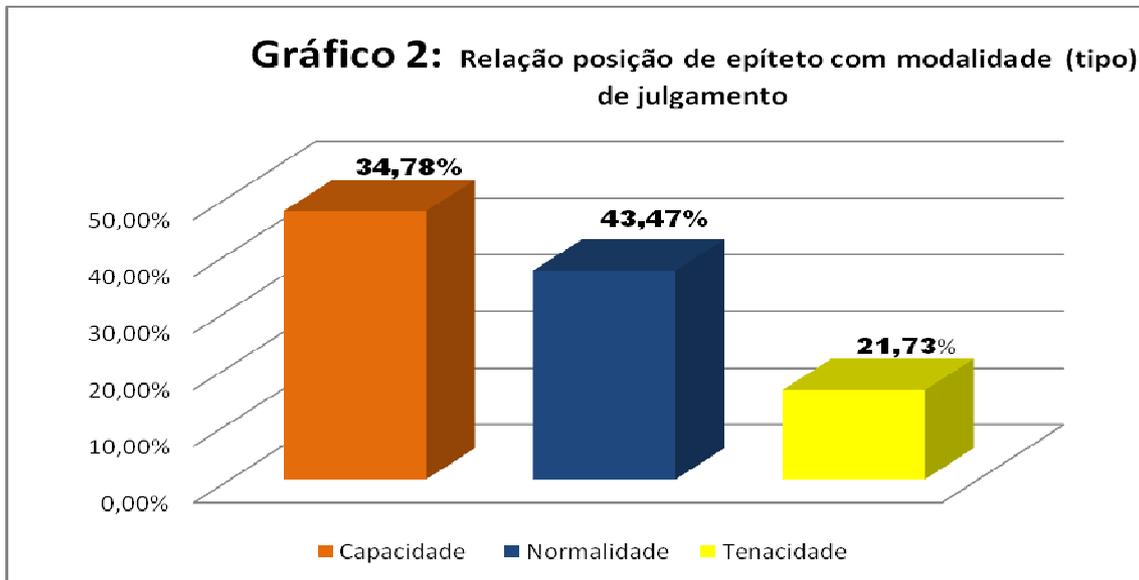
- (D) *Essa afirmação, consenso entre os analistas, traz à luz uma nova vocação da mulher: a de investidora.*
- (E) *Segundo a mesma pesquisa de Sophia Mind, 46% das entrevistadas realizam algum tipo de investimento e 39% tem muito interesse em temas como investimento e finanças.*

O exemplo (E) apresenta diferentemente de (D) o elemento de gradação “muito”. Quando se procede a uma avaliação, o foco da atitude recai, segundo Vian Júnior (2009), em categorias que, vistas pela perspectiva experiencial, não apresentam escalas gradativas, mas operam como forma de reconstruir categorias de gradação em relação ao item que é avaliado, no caso específico a mulher.

Os epítetos em destaque reforçam a atitude que dispõe a competência feminina para as atividades de trabalho. Essa competência tem sido, conforme Flores-Mendoza (2000), curiosamente mais estimada nos dias atuais. A autora constata que a percepção de que as diferenças entre homens e mulheres não radicam na capacidade de inteligência geral e sim nas habilidades específicas (ex: será que as mulheres seriam mais habilidosas que os homens nas negociações?), reforça o mercado de trabalho a ter interesse em que cargos de gerência e diretoria sejam preenchidos por mulheres.

Essa ideia sobre as habilidades específicas e sobre a capacidade feminina pode especificar bem os termos de julgamentos que são abordadas nas posições de epítetos e atributos. Assim, os julgamentos sociais que são feitos sobre a competência da mulher ou ao

quanto ela é pouco usual, especial, comum, é cumprido no texto *Superpoderosas* conforme demonstra os gráficos 2 e 3 que respectivamente aduzem a relação posição da avaliação com as modalidades de julgamento previstos pelo sistema de avaliatividade.



Os valores presentes no gráfico 2 e 3 foram calculados com base na primeira etapa para o tratamento das instâncias avaliativas, proposta por Eggins e Slade (1997), a saber, a identificação dos itens que apontam a opinião do produtor textual. Assim, a observação do cômputo de ocorrências das modalidades de julgamento é facilitada com a exposição em porcentagem desses itens.

Todas as modalidades de julgamento presentes tanto nos gráficos supra expostos enquadram-se num modo de expressão de juízos e crenças intitulado estima social. O julgamento de estima social envolve admiração e crítica por parte do produtor sem implicações legais. Para Martin e White (2005), retomando Eggins e Slade (1997), esse tipo de julgamento tende a ser policiado pela cultura oral, por meio de fofocas, boatos, brincadeiras e histórias de vários tipos. Nenhuma avaliação na posição de epíteto ou atributo está relacionada à sanção social¹.

Essa relação estabelecida entre a cultura oral, nas especificidades estabelecidas, e as práticas femininas se inscreve nos ritos, mitos, emblemas e sinais que figurativizam a história das mulheres e que, em muitas ocasiões, como o julgamento que associa a mulher à fofoca, pode ter sido criado especificamente por homens. Sobre a tácita imposição de forças do homem e a estigmatização de práticas das mulheres, Scott (1992, p.93-94) diz:

[...] nos perguntar como as relações entre os sexos foram construídas em um momento histórico, por que razão, com que conceitos de relação de forças, e em que contexto político. Este é o verdadeiro problema: historicizar a idéia homem/mulher e encontrar uma forma de escrever a verdadeira história das relações homens/mulheres, das idéias sobre sexualidade, etc.

Nos termos que propõe a construção discursiva como forma de entender determinados julgamentos sobre a natureza e as práticas das mulheres, o que chama a atenção tanto no gráfico 1 quanto no 2 são os juízos e valores explicitamente inscritos no texto que apontam a capacidade de a mulher realizar (*capacidade*) e o quão ela é distinta nessas realizações (*normalidade*).

Essa discussão em torno das atividades e condições socialmente especificadas para a mulher implica a ideia de *gênero* definida por Ferber e Nelson (1993, p.9) como sendo “o significado social atribuído às diferenças biológicas entre os sexos.” O domínio e o privilégio de traços tradicionalmente considerados como tipicamente masculinos, mormente situados nos juízos de *normalidade*, é capaz de promover a subjugação dos aspectos e características entendidos como predominantemente femininos – vistos, por vezes, inferiores e marginais.

O subcampo *Normalidade* relaciona-se, destarte, às noções de comportamento pré-estabelecidas em contraste ao que se apresenta de modo diferente, anormal, fora do padrão estabelecido socialmente (MARTIN; WHITE, 2005, p. 52-56). Já as avaliações que têm como

¹Os julgamentos relacionados à sanção social são codificados, segundo Eggins e Slade (1997) na forma escrita como éditos, regras, regulações, leis sobre como se comportar de acordo com a Igreja e o Estado, devendo ser aplicadas penalidades e punições para quem quebrar o código. Tais julgamentos referem-se às regras morais ou ao tipo de comportamento ético (cuja rubrica no sistema de avaliatividade é *propriedade*) ou verdadeiro (*veracidade*) que as pessoas, no caso específico as mulheres, devem ter.

base o potencial das mulheres, bem como a capacidade de realização com o que se comprometem a alcançar seus objetivos, estão localizadas no subcampo *Capacidade*, relacionado ao que se coloca culturalmente como sucesso e fracasso em termos de realização pessoal.

Os valores, por vezes, tirânicos para a definição das qualidades de normal e capaz, assumem um importante lugar em torno dos julgamentos que se realizam sobre a mulher atual tendo em vista que “[...] são utilizados para justificar os lugares sociais, os destinos e as possibilidades próprios de cada gênero” (LOURO, 1999, p. 85).

Quando esses valores potencializam estereótipos rígidos e estigmatizados acerca da mulher principalmente, o que se observa, então, é, conforme esclarece Romero (1990, p.52) o exercício de um poder tácito e machista, já que a rigidez desses estereótipos “[...] influem no processo de percepção das pessoas e simplificam a realidade objetiva”, criando resistência às mudanças. Com isso, dá-se um “velamento” da realidade, já que por trás dos estereótipos, podem estar sendo escondidas necessidades, aspirações e potencialidades do sujeito a quem se dirige o olhar estereotipado (*loco citado*).

Assim, a ativação dos juízos e valores, por parte do produtor textual, relacionados às questões que determinam o quanto normal e capaz é a mulher dos dias atuais ocorre no sentido de contestar a racionalidade da estigmatização sobre ela e de conseqüentemente estimar suas potencialidades.

Algumas amostras que demonstram e recontextualizam o uso desses valores de *normalidade* e *capacidade* podem ser vistos nos exemplos (G), (H), (I) e (J).

- (F) *Rita tem o jogo de cintura brasileiro combinado à flexibilidade feminina.* (Julgamento de normalidade na posição e condição de epíteto)
- (G) *Não é novidade, nem mesmo no Brasil, o fato de a mulher ser uma eficiente gestora de recursos.* (Julgamento de capacidade na posição e condição de atributo)
- (H) *“Elas são muito mais ativas na gestão do caixa familiar”, completa. Essa afirmação, consenso entre os analistas, traz à luz uma nova vocação da mulher: a de investidora.* (Julgamento de normalidade na posição e condição de atributo)
- (I) *Mesmo contando com uma boa dose de improviso, Rita dá passos sólidos e, em março, comemorou seu maior vôo solo econômico, a compra de seu primeiro imóvel, pelo programa Minha Casa, Minha Vida.* (Julgamento de capacidade na posição e condição de epíteto)

Todos os termos sublinhados destacam a inscrição de julgamentos positivos referentes à normalidade e à capacidade, sejam na posição de epítetos, sejam na de atributos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como o conhecimento social sobre a mulher é inevitavelmente parcial, a análise textual é inevitavelmente seletiva, no sentido de que se escolheu responder determinadas incitações sobre eventos sociais e textos neles envolvidos e, com isso, abriu-se mão de outras questões possíveis. A escolha das questões a serem respondidas denuncia necessariamente as motivações particulares da análise traçadas na seção introdutória desse artigo, visto que delas derivam.

Diante da tentativa de articulação promovida entre um arcabouço multiteórico, que estima diversos trabalhos relacionados principalmente à mulher, e a observação arguta dos dados, tomam-se como necessárias algumas considerações que destaque a coesão de toda a discussão realizada e que, por fundamentar-se em constatações intrinsecamente linguísticas do ponto de vista estrutural, não tende a entregar-se a explicações redutoras e abstratas dos artefatos textuais que apontam a avaliação por meio de epítetos e atributos no texto *Superpoderosas*.

Parte-se, logo, da compreensão que essas considerações produzem um significado contínuo e uno, capazes de contribuir criticamente para o esclarecimento das formas de avaliação através dos valores de julgamento.

Assim sendo, inicialmente notifica-se a possibilidade do entendimento de uma alternância entre um julgamento associado à função classificatória da mulher indicando a que classe ela pertence (atributos), e um julgamento associado à modificação, a singularidade dessa mesma mulher, já que o epíteto opera o processo de distinção dentro de um grupo nominal.

Quando o julgamento se realiza principalmente na posição de atributo, ele legitima um movimento de afirmação social da mulher, principalmente na área profissional e evidencia quase sempre informações objetivamente observadas pelo produtor. Quando se realiza na posição de atributos ratifica informações subjetivamente criadas e ocorre, com maior frequência, posposto ao nome que qualifica.

Seja como epíteto seja como atributo, os julgamentos feitos no texto sob análise enquadram-se na classe da estima social, o que subsume uma admiração e crítica por parte do produtor do texto sem implicações legais, já que os valores dessa classe são policiados pela cultura oral, por meio de fofocas, boatos, brincadeiras e histórias de vários tipos.

Isso poderia sugerir uma aproximação com o que socialmente se identifica como um contexto mais feminino. Entretanto, acredita-se que é a partir de um trabalho coletivo de socialização difusa e contínua, que as identidades distintas, assim como a que identifica algum contexto mais feminino ou mais masculino, institui, se encarna em *habitus* claramente diferenciados segundo o princípio de divisão dominante e capazes de perceber o mundo segundo este princípio (BOURDIEU, 2000, p. 33-34), o que geraria a ideia de construção discursiva.

Por fim, identificou-se a predominância dentro da classe de estima social, da categoria julgamento de normalidade para a posição de epíteto, e a categoria julgamento de capacidade para a posição de atributo. O subcampo *Normalidade* relaciona-se às noções de comportamento pré-estabelecidas em contraste ao que se apresenta de modo diferente, anormal, fora do padrão estabelecido socialmente (MARTIN; WHITE, 2005, p. 52-56). Já as avaliações que têm como base o potencial das mulheres, bem como a capacidade de realização com que se comprometem a alcançar seus propósitos, estão localizadas no subcampo *Capacidade*, relacionado ao que se coloca culturalmente como sucesso e fracasso em termos de realização pessoal. Tais categorias evidenciam a distinção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CHRISTIE, F. Systemic Funcional Linguistics and a theory of language in education. **Ilha do desterro**, Florianópolis, n. 46, jan-jun 2004, p. 13-40.
- EGGINS, S; SLADE, D. **Analyzing casual conversational**. Cambridge: Cassel, 1997.
- FERBER, M. A.; NELSON, J. A. (ed.) **Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- FLORES-MENDOZA, C. Diferenças intelectuais entre homens e mulheres: uma breve revisão da literatura. In: **Psicólogo inFormação**. CIDADE: EDITORA, ano.4, n.4, jan/dez. 2000, p.25-34.
- GEBARA, I. **Cultura e Relações de Gênero**. São Paulo: Cepis, 2001.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. **On Language and Linguistics**. Continuum International Publish Group, 2003.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An Introduction to Functional Grammar**. 3rd. ed. London: Edward Arnold, 2004.

JULIO, C. A. **Reinventando você**: a dinâmica dos profissionais e a nova organização. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: _____ (org.). **O Corpo Educado**: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. **The Language of Evaluation**: appraisal in English. London: Palgrave/Macmillan, 2005.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PERROT, M. 2007. **Minha História das mulheres**. São Paulo, Contexto, p. 13-37.

ROMERO, E. **Estereótipos masculinos e femininos em professores de educação física**. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia da USP. São Paulo, 1990.

SANGER, M. Superpoderosas. In: **Revista do Brasil**. São Paulo: Atitude, Edição 47, Maio de 2010, p. 47-54.

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

VIAN JR, O. O sistema de avaliatividade e os recursos para gradação em Língua Portuguesa: questões terminológicas e de instanciação. **DELTA**, São Paulo, v. 25, n. 1, 2009, p. 99-129.

WHITE, P. The language of Attitude, Arguability and Interpersonal Positioning. In: **The Appraisal Website**: Homepage. Disponível em: <http://www.grammatics.com/appraisal/> . Acesso em 18/09/2011.